

Salvador ganha TV Senado em canal aberto

Em sessão especial no Plenário, na quarta-feira, às 18h, o presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugura a transmissão da TV Senado por canal aberto para Salvador. Será a primeira capital, depois de Brasília, a receber a programação da emissora via UHF. **Página 4**

Acessibilidade, debate que interessa a 24 milhões

O Brasil tem 24 milhões de pessoas com deficiência e muito o que fazer para assegurar acessibilidade a esse segmento. O Senado, que realiza a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, está adaptando suas instalações para dar exemplo a outras instituições. **Página 2**

Congresso vai discutir violência contra as mulheres

O Congresso Nacional participará da Campanha de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que será aberta quarta-feira na Câmara dos Deputados. No dia 30, haverá sessão conjunta sobre o assunto, por sugestão da senadora Serys Slhessarenko. **Página 2**

Senadores cobram crescimento e redução da desigualdade

Delcídio Amaral adverte que só reformas profundas propiciarão um crescimento de 5% ao ano; Serys Slhessarenko rejeita "absurda meta de superávit primário"; Mozarildo Cavalcanti exige diminuição de desigualdades regionais; Mão Santa diz que Bolsa Família não elimina pobreza. **Páginas 3 e 4**

CCJ votará regras mais rígidas para desmonte de carros

Está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que se reúne na próxima quarta-feira, projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que cria regras mais rígidas para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais que façam desmonte de carros e vendam peças e sucatas. O objetivo da proposta de Tuma, que presidiu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Desmanche,

é combater roubos, furtos e adulterações de veículos.

Entre as inovações do projeto (PLS 372/05), está a que obriga os ferros-velhos a informarem ao órgão de trânsito a entrada dos veículos na oficina e a emitirem nota fiscal tão logo adquiram o carro a ser desmontado. A proposição também cria um banco de dados. Pelo sistema, os departamentos de trânsito espalhados por todo o país poderão controlar

informações relativas à origem das peças, números de notas fiscais, além da quantidade de peças aproveitadas pelos ferros-velhos.

O projeto, que tem parecer favorável da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), determina ainda que somente poderão ser destinados à desmontagem os veículos alienados ou leiloados como sucata ou como irrecuperáveis e os que possuem mais de dez anos de fabricação.



Só carros com mais de dez anos de fabricação ou alienados como sucatas ou irrecuperáveis poderão ser desmontados, conforme a proposta de Romeu Tuma

Impresso Especial

5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL

CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

Para Mônica Freitas, coordenadora da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, é preciso ampliar as campanhas para sensibilizar a população brasileira

Senado dá exemplo ao facilitar acesso às dependências da Casa

O Senado Federal, como uma Casa legislativa, tem a obrigação de cumprir toda a legislação em relação às pessoas com deficiência, afirmou ontem Mônica de Araújo Freitas, coordenadora da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado. O evento tem, conforme explicou, entre outros objetivos, o de dar o exemplo e mostrar a outras instituições que é possível fazer adaptações de suas dependências no sentido da inclusão.

Um ano depois da realização da 1ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência e de o Senado empreender uma luta para adaptar seus ambientes, ainda são necessárias algumas

Brasil tem cerca de **24 milhões** de pessoas com deficiência, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



medidas para que a instituição possa acolher pessoas com dificuldades de locomoção, informou a coordenadora. Entre elas, citou a necessidade de adaptação do acesso à Mesa do Plenário do Senado. Sem essa obra, pessoas com dificuldades motoras não

podem ter acesso à Mesa ou à tribuna, o que pode ser necessário em sessões especiais. Ela lembrou que o ex-senador Iram Saraiva, que tinha um cargo na Mesa, precisava ser carregado quando dirigia os trabalhos da Casa.

A coordenadora disse ainda que o Brasil, com cerca de 24 milhões de pessoas com deficiência, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), precisa ainda de muita discussão sobre acessibilidade e de campanhas relativas ao tema para mudar a mentalidade das pessoas.

Mônica de Araújo Freitas é presidente da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência e chefe do Cerimonial da Presidência do Senado.

Violência contra a mulher será debatida no Congresso

O Congresso Nacional tomará parte na Campanha de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O evento será aberto no próximo dia 22, às 13h30, no *hall* da Taquigrafia da Câmara. Na sequência, haverá a exposição de fotos no Espaço Mário Covas. No dia 30, às 10h, no Plenário da Câmara, haverá sessão solene conjunta sobre o tema, por sugestão de Serys Slhessarenko (PT-MT). A data foi anunciada ontem pela senadora, em Plenário.

No período de realização do evento, de 25 de novembro a 10 de dezembro, a organização não-governamental Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento

(Agende), que coordena a campanha no país, pretende trazer ao Congresso representantes das mulheres que pertencem aos 16 segmentos mais expostos à violência diária. O número faz alusão aos 16 anos em que a campanha é promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 130 países.

A intenção dos depoimentos das mulheres, de acordo com a Agende, é reforçar a idéia de que o combate à violência deve estar presente no cotidiano de todas as pessoas, independentemente de idade, classe, etnia e preferência sexual. Segundo a entidade, entre os segmentos de mulheres mais

sujeitas à violência estão lésbicas, meninas, jovens, negras, portadoras de deficiência e do vírus HIV (Aids), mulheres encarceradas, profissionais do sexo; indígenas e migrantes.

A intenção da Agende é que a campanha de 2006 sirva para reforçar a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Sancionada em 7 de agosto e em vigor desde 22 de setembro, a matéria teve como relatora no Senado Lúcia Vânia (PSDB-GO). A campanha foi criada em 1991 pela entidade internacional Centro para a Liderança Global das Mulheres.

Suplicy propõe eleição direta para suplentes de senador

Visando ratificar a soberania da população na escolha de seus representantes, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elaborou uma proposta de emenda à Constituição que determina a realização de eleição direta para as duas vagas de suplente de senador. Por ocasião da eleição do titular, o partido apresentaria outros três candidatos. Os dois mais votados ocupariam a primeira e a segunda suplência.

Suplicy leu trechos de matéria da jornalista Rosa Costa, publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, informando que o presidente Lula não incluiu entre as prioridades da reforma política alterações no mecanismo da escolha dos suplentes de senadores. A jornalista lembra que pelo menos mais quatro suplentes assumirão



Suplicy defende a soberania da população na escolha de seus representantes

vaga no Senado com direito a plano médico vitalício e a um salário de R\$ 12,7 mil por mês.

Pesar

Suplicy lamentou o falecimento do economista americano Milton Friedman. Prêmio Nobel de Economia em 1976 e considerado o líder da Escola de Chicago, Friedman faleceu aos 94 anos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje, às 9h, tem caráter não-deliberativo, ou seja, não haverá votação de matérias. Destina-se a pronunciamentos de senadores, comunicados da Mesa diretora e leitura de proposições legislativas. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Mão Santa (PMDB-PI).

A Missa dos Quilombos na TV Senado

A TV Senado apresenta hoje, às 22h45, documentário que retrata a importância histórica da obra *A Missa dos Quilombos*. Realizada há 25 anos no Recife, foi a primeira celebração do ato religioso que denunciou a escravidão e o preconceito existente no Brasil. A atração será reprisada amanhã, às 16h e 21h30, e no domingo, às 22h30.

Pergunte ao senador

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. Contatos também podem ser feitos pelo endereço alosenado@senado.gov.br.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa, Paulo Paim e Delcídio Amaral e pela senadora Serys Slhessarenko



fotos: Roosevelt Pinheiro

Para Serys, nova administração não pode admitir o conservadorismo

Serys: Lula deve escolher equipe comprometida com as grandes causas do Brasil

Mesmo concordando com a afirmação do presidente Lula de que “o momento econômico brasileiro não permite aventuras, invenções ou choques”, Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que tampouco o governo federal deve admitir conservadorismo. Nesse sentido, ela declarou que não é mais possível aceitar o que classificou de “absurda meta de

superávit primário”.

Na avaliação da senadora, o primeiro passo para a estruturação da nova equipe do governo é escolher nomes comprometidos com as grandes causas do país. Ela elogiou pronunciamento feito recentemente pela líder do seu partido no Senado, Ideli Salvatti (SC), que cobrou do presidente mais atenção para com os sena-

dores e mais espaço para o PT no governo.

– Após a reunião da bancada, nossa líder Ideli apenas externou o clima que tomou conta dos senadores e senadoras do PT. A reivindicação é que o presidente Lula nos ponha na agenda, uma vez que, nos quatro anos do seu primeiro mandato, ele reuniu a bancada de senadores do PT uma

única vez – afirmou.

Além de diminuir os índices de pobreza no país e acelerar o recuo nas desigualdades sociais, um dos principais méritos do primeiro mandato de Lula, na opinião de Serys, foi ter inserido na pauta política o que ela chamou de “projeto de povo”. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) fez restrições ao Bolsa Família.

Mão Santa afirma que Bolsa Família não elimina pobreza

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o programa de transferência de renda Bolsa Família, que, a seu ver, é “uma esmola aos pobres”. O parlamentar disse reconhecer que se trata de política emergencial para assistir aos que têm fome e informou que, no Piauí, mais da metade da população recebe a bolsa, mas ponderou que esse tipo de prática jamais vai eliminar a pobreza.

O senador argumentou que é preciso valorizar o trabalho como forma de acabar com a miséria. Ele fez uma série de citações sobre o tema, incluindo a letra de *Vozes da seca*, de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, em que os compositores afirmam que “uma esmola para um homem que é são ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão”. Lembrou também as Escrituras Sagradas, nas quais se encontra, no livro do Gênesis, a sentença de Deus ao homem, após a expulsão do Éden: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”.

Mão Santa voltou ainda a tratar da paralisação dos médicos residentes por reajuste da bolsa e melhores condições de trabalho. “Os residentes são responsáveis por 70% do atendimento nos postos de saúde, mas ninguém fala sobre isso, pois quem precisa de hospital público são os pobres. Dá-se atenção aos controladores de voo, porque quem usa os aviões neste país são os ricos.” Ele foi aparteado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



Mão Santa: é preciso valorizar o trabalho como forma de erradicar a miséria

Crescimento do país depende de reformas profundas, diz Delcídio

Para senador, é necessário em primeiro lugar que o PT reconheça os erros cometidos pela legenda e os corrija, de modo a ampliar sua base e garantir a governabilidade

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou ontem, da tribuna, que o Brasil precisa de reformas profundas para alcançar o crescimento de 5% ao ano, indicado pelo presidente Lula como meta de seu segundo mandato. O parlamentar disse que, para atingir esse objetivo, é necessário em primeiro lugar que o PT reconheça os erros cometidos pelo partido e os corrija, de modo a ampliar sua base e garantir a governabilidade.

Entre as reformas que Delcídio considera essenciais para o Brasil estão a previdenciária, a tributária e a trabalhista, além de um arcabouço legal que regulamente a prestação de serviços públicos, dando garantias reais aos investidores. Também chamou a atenção



Delcídio defende mudanças nas áreas previdenciária, tributária e trabalhista

para a falta de investimentos em infra-estrutura.

– Não adianta mais tapar o sol com a peneira: temos de discutir a economia, avançar nas reformas e aprimorar o embasamento jurídico. Precisamos virar essa página e

fazer com que o Brasil cresça.

Delcídio observou que o governo deve ser voltado para todos: os menos favorecidos, a classe média e a elite, que “não deve ser tratada de forma pejorativa”.

O senador avaliou, ainda, positivamente seu desempenho na campanha para o governo de Mato Grosso do Sul e enalteceu a atuação do seu suplente no Senado, Antônio João Hugo Rodrigues. Registrou também homenagem aprovada pelo Senado, por requerimento de sua autoria, ao compositor Mário Zan, falecido no dia 8.

Em apartes, ele recebeu apoio dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).



Valadares pede complementação da reforma do Poder Judiciário

em funcionamento os partidos pequenos, mas de representação legítima. Nesse sentido, lembrou projeto de sua autoria que cria a federação partidária.

Valadares acredita que uma reforma política profunda e bem arquitetada fortalecerá os partidos e permitirá a formação de maiorias que dêem apoio aos governos, sem enfraquecer o papel dos opositores.

Valadares cobra regras eleitorais que devolvam estabilidade aos governos

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem o estabelecimento de uma reforma política que devolva credibilidade ao sistema eleitoral e estabilidade aos governos. Com relação à reforma do Judiciário, já implantada, propôs o seu aprofundamento, com a adoção de medidas que diminuam o espaço para recursos meramente protelatórios.

– No primeiro mandato, o governo Lula dormiu e deixou de aproveitar o clima do início do mandato para fazer as reformas. Agora está mais difícil, mas é preciso enfrentar esse desafio – disse Valadares, que destacou as dificuldades do presidente reeleito para conseguir apoio parlamentar, especialmente no Senado.

Originário de uma reforma de 1932, o sistema político brasileiro, salientou, apresenta uma série de distorções no que se refere ao financiamento das campanhas, à escolha dos candidatos a eleições proporcionais e ao relacionamento dos eleitos com seus partidos.

Valadares sugeriu o debate sobre pontos como o voto distrital e a lista partidária e elogiou o financiamento público das campanhas eleitorais, que a seu ver evitaria o abuso do poder econômico e o uso do caixa dois.

Para o senador, é necessário um mecanismo que dificulte a infidelidade partidária e que iniba a criação das chamadas legendas de aluguel. No entanto, observou, seria saudável manter



Paim comenta sessão de autógrafa de seu livro *O Rufar dos Tambores*

Paim registra apoio de pedetista ao novo governo de Lula

Paulo Paim (PT-RS) registrou sua satisfação em receber cópia de carta do pedetista e ex-secretário de Educação do Rio Grande do Sul José Fortunatti ao presidente do PDT, Carlos Luppe, em que diz torcer pelo sucesso do segundo mandato de Lula.

Na carta, Fortunatti defende a colaboração do partido com o governo e lista pontos programáticos que, na sua opinião, deveriam ser negociados entre o PDT e o presidente Lula, visando preservar avanços na área social e consolidação de políticas públicas em prol da cidadania.

Em seguida, Paim comentou a sessão de autógrafos de seu livro de memórias *O Rufar dos Tambores*, realizada no último sábado, na 52ª Feira do Livro de Porto Alegre. O parlamentar disse ter autografado mais de 1,7 mil exemplares e agradeceu aos leitores, incluindo idosos e pessoas com deficiência.

A obra relata a infância pobre do senador, em meados da década de 50, enfocando, em seguida, a juventude e as militâncias estudantil e sindical. Registra ainda fatos dos 35 anos de vida pública de Paim, como a convivência com políticos ilustres, como Ulysses Guimarães e Mário Covas, e com os companheiros de partido Luiz Inácio Lula da Silva e Olívio Dutra. Em apartes, recebeu cumprimentos de Mão Santa (PMDB-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Senador aponta contrastes entre regiões do país e apela para que governo federal execute políticas efetivas para estimular o crescimento nos estados menos favorecidos

Mozarildo cobra redução das desigualdades regionais

Lembrando que um dos objetivos fundamentais do país, expresso na Constituição federal, é reduzir as desigualdades regionais, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou, ontem, do governo federal políticas efetivas para estimular o crescimento nos estados menos favorecidos. A seu ver, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não conseguirá cumprir a meta de crescimento de 5% ao ano sem que providências nesse sentido sejam tomadas.

– Não é apenas mais uma aspiração política, não é apenas mais uma reivindicação daqueles que vivem nas regiões mais pobres: é um imperativo constitucional – frisou.

O senador lamentou em especial a situação da região amazônica, destacando Roraima, que, embora rica em minerais,



“Reduzir desigualdades é um imperativo constitucional”, salienta Mozarildo

enfrenta dificuldades no escoamento da produção e em relação à demarcação das terras indígenas, que inviabilizam o desenvolvimento do estado. Ele destacou que não há uma política de desenvolvimento da Amazônia, acrescentando que “o modelo que está sendo feito é o modelo do nada”.

Mozarildo ilustrou seu discur-

so com a leitura de trechos do artigo “Diferenças regionais continuam”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com a matéria, a renda de um cidadão paulista é 500% maior do que a de quem nasce no Maranhão; um habitante do Distrito Federal tem renda 690% superior à de quem reside, por exemplo, no Piauí, enquanto que um fluminense embolsa 350% a mais do que um cearense. O artigo traz ainda opinião de Aristides Monteiro Neto, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo a qual o Brasil deixou há anos de ter uma política para superar suas desigualdades.

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) apoiou o pronunciamento de Mozarildo, afirmando que “o Brasil precisa se desenvolver como um todo”.

Paulo Octávio relata participação em reunião de parlamentos na ONU

Paulo Octávio (PFL-DF) fez um relato da participação dele e de uma comitiva de senadores brasileiros, formada pelos correligionários Heráclito Fortes (PI) e Efraim Moraes (PB), em reunião da União Parlamentar Internacional (UPI), evento da Organização das Nações Unidas (ONU) que reuniu parlamentos do mundo inteiro em Nova York, no início desta semana.

O senador falou sobre o exemplo que o Brasil vem dando no que tange à “eliminação do câncer

da corrupção” através do trabalho das comissões parlamentares de inquérito.

– As famosas CPIs, divulgadas amplamente pelos meios de comunicação, merecem a atenção não só dos países vizinhos, como dos mais distantes – disse o parlamentar, lembrando que esse instrumento legislativo não existe na maioria dos países.

Paulo Octávio afirmou que não poderia se furtar ao dever de mostrar às Nações Unidas que o processo investigativo orques-



Paulo Octávio afirma ter divulgado bons resultados obtidos pelas CPIs no Brasil

trado pelo Congresso Nacional ao longo dos últimos anos serve de paradigma. Ele salientou que os bons resultados obtidos pelas CPIs desde o fim do regime militar mostram que a democracia brasileira está amadurecendo.

Geovani Borges prevê obstáculos para TV digital

Geovani Borges (PMDB-AP) advertiu, ontem, que a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital enfrentará problemas se não forem tomadas algumas medidas, entre elas a atualização das leis do país, que deve ser votada pelo Congresso. Para ele, o ordenamento jurídico da área enfrenta obsolescência



Para Geovani Borges, Congresso tem que modernizar legislação do setor

frente à evolução tecnológica, situação agravada pelo recente fenômeno da convergência no setor de comunicações (internet e televisão digital).

Roosevelt Pinheiro

O senador ponderou que o governo deve ficar atento para garantir a capacidade de investimento das emissoras de televisão, permitindo que elas troquem seus equipamentos atuais por sistemas que trabalhem com TV digital e de alta definição. Ele afirmou ainda que não pode faltar financiamento para que as pessoas mais pobres transformem seus aparelhos de televisão analógica em digital.

– Sem essas garantias, será difícil que o novo sistema se torne um fator de inclusão digital.

Raupp diz que vai “afinar discurso” sobre IR com equipe econômica

O relator-geral do Orçamento para 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), afirmou que pretende “afinar o discurso” com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, em torno da correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física para 2007. Na terça-feira, o relator anunciou a intenção de incluir um reajuste no relatório final, apesar de declaração de Mantega contrária a uma correção a curto prazo.

– Não quero polemizar. Quero ajudar o presidente Lula a cumprir o que ele já havia prometido à população – observou.

Raupp espera que o encontro – no qual ele defenderá uma correção de 5% na tabela em janeiro próximo e outros 5% em 2008 – aconteça na segunda-feira. Por essa proposta, a União deixaria de arrecadar nos dois anos cerca de R\$ 1,5 bilhão, e estados e municípios outro R\$ 1,2 bilhão no mesmo período. O senador deixou de lado a alternativa de ajuste único de 7% a partir de janeiro.

O relator trabalha neste momento com a necessidade de recursos adicionais próximos a R\$ 10 bilhões para cobrir gastos que vieram sem previsão ou com dotação insuficiente na proposta do governo. É necessário ainda um adicional de R\$ 1,3 bilhão para compensar os estados exportadores pelas perdas com as isenções



Relator-geral do Orçamento espera encontrar-se com ministros na segunda

da Lei Kandir. Raupp também lida com um déficit extra próximo de R\$ 600 milhões, aberto com a aprovação do aumento da cota que cada deputado e senador terá para indicar projetos por meio de emendas individuais. O relator não confirmou informações de sobra de R\$ 15 bilhões, em decorrência de uma reestimativa dos gastos na conta dos juros da dívida pública.

Se a reestimativa ultrapassar a casa dos R\$ 10 bilhões, Raupp terá como examinar crescente lista de pedidos das diversas áreas de governo que sofreram cortes orçamentários e tentarão recompor seus pleitos originais por meio de emendas de comissões. A Defensoria Pública da União, por exemplo, quer dispor de R\$ 300 milhões para montar estrutura nos estados. Contemplado com cerca de R\$ 60 milhões para investir em 2007, o Ministério da Cultura pleiteia R\$ 800 milhões.

TV Senado terá sinal aberto em Salvador a partir de quarta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugura em sessão especial no Plenário, quarta-feira, às 18h, a transmissão da TV Senado por canal aberto para Salvador, que será a primeira capital, depois de Brasília, a receber a programação da emissora via UHF.

Em caráter experimental entre 18 e 20 de novembro, o canal 53 da capital baiana vai transmitir uma programação especial, mostrando as cores, os sons, os ritmos e os sabores baianos, traduzidos em documentários, vinhetas, revista eletrônica e depoimentos de personalidades locais.

O período escolhido para a estreia do canal em Salvador coincide com a Semana Nacional da Consciência Negra. Para comemorar, a emissora estreia o documentário *A Missa dos Quilombos*, espetáculo de autoria de dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, com música de Milton

Nascimento, que mescla cantos, danças e representações. Apresentada pela primeira vez em 1981, no Recife, a celebração denunciou as consequências da escravidão e do preconceito no Brasil.

Atualmente, o público de todo o país pode assistir à TV Senado por meio de TV a cabo, antenas parabólicas e por sinal aberto de UHF no Distrito Federal. O Ministério das Comunicações já autorizou 11 concessões de retransmissoras da emissora.

As próximas capitais a receberem o sinal aberto da TV Senado serão Manaus (canal 23/UHF), Rio de Janeiro (canais 49 e 64/UHF), Recife (canal 17/UHF), Fortaleza (canal 43/UHF), Macaé (canal 35/UHF), Natal (canal 52/UHF), João Pessoa (canal 40/UHF), Goiânia (canal 21/UHF), Belém (canal 44/UHF), Cuiabá (canal 55/UHF) e Boa Vista (canal 13/VHF).

Roosevelt Pinheiro